ESTATUTO DO GRUPO TEMPO DE VIVER

CAPÍTULO I

DA FORMAÇÃO E DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Grupo Tempo de Viver é uma entidade sem fins lucrativos, constituída por pessoas com mais de 50 anos, com sede e foro na cida de de Guanhães, Minas Gerais. O seu prazo de existência é indeterminado, podendo se extinguir por qualquer das causas previstas em lei, ou por deliberação da Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 2º - O Grupo Tempo de Viver tem por finalidade:

- a) desenvolver atividades sociais, recreativas e culturais.
- b) estabelecer convênios com órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entidades religiosas e outras.
- c) prestar serviços e orientação técnica e promoções em favor dos seus sócios, relativo a:
- 1) encontros e reuniões sociais
- 2) encontros e eventos culturais
- 3) lazer em suas modalidades
- 4) viagens de turismo no País e Exterior, em especial em baixas temporadas, na busca de tarifas reduzidas.

Art. 3º - O Grupo Tempo de Viver tem personalidade jurídica distinta de seus sócios.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - Os associados são todas as pessoas inscritas na entidade, o com ativa participação.

PARÁGRAFO ÚNICO - As propostas para admissão de sócios serão promovidas pelo preenchimento de ficha de inscrição na secretaria do Grupo mediante apresentação de um sócio.

OND AISTO

CAPÍTULO III

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 5º - São direitos:

- a) participar das reuniões e promoções do Grupo
- b) votar e ser votado para cargos na diretoria
- c) tomar parte nas Assembléias Gerais
- d) propor a admissão de sócios
- e) solicitar seu desligamento em qualquer tempo

Art. № - É dever dos associados cumprir fielmente as deliberações desse estatuto.

CAPITULO-IV

DA ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

Art. 7º - a) Assembléia Geral

- b) Conselho Fiscal
- c) Diretoria

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLETA GERAL

Art. 8º - A Assembléia Geral será constituída por todos os associados que se encontrarem em gozo de seus direitos estatutários.

Art. 9º - a) reunir-se-á a Assembléia Geral Ordinária de O2(dois) em O2 (dois) anos para elejção da Diretoria e do Conselho Fiscal.

- b) para empossar os eleitos.
- c) semestralmente.

PARÁGRAFO 1º - A Assembléia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Presidente ou por 03 membros de diretoria ou, 1/4 dos associados.

PARÁGRAFO 2º - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada com antecedência de 10 dias, constando expressamente da convocatória a pauta, em primeira convocação, com 1/3 dos associados e em segunda, 30 minutos após, com qualquer número.

OND DISTO

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 10 - O Conselho Fiscal será constituído por 03(três) membros com mandato de 02(dois) anos.

Art. 17 - Será da competência do Conselho Fiscal:

- a) participar das reuniões da diretoria
- b) analisar os relatórios financeiros e contábeis e dar parecer para apreciação da Assembléia Geral.
- c) opinar sobre a celebração de convênios e/ou contratos.

CAPÍTULO VII DA DIRETORIA

Art. 12 - O Grupo Tempo de Viver será administrado por uma diretoria não remunerada, com mandato de O2(dois) anos, podendo ser reeleita por mais um período consecutivo.

Art. 13 - A diretoria será constituída por:

- a) Presidente
- b) Vice-Presidente
- c) Tesoureiro
- d) Secretário

Art. 14 - Compete à diretoria:

- a) representar a entidade em eventos
- b) manter contatos com a comunidade, com outros grupos e instituições
- c) coordenar o grupo para atingir seus fins
- d) zelar pelo bom nome da entidade

Art. 15 - Compete ao Presidente:

- a) representar a entidade em eventos
- b) rubricar livros e documentos do grupo
- c) exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pela Assembléia Geral
- d) convocar reuniões extraordinárias quando necessário
- e) elaborar com o tesoureiro o planejamento mensal das atividades e gastos da entidade, depois de ouvido os sócios
- f) representar ativa, passiva, judicial e extra-judicial grupo.

Art. 16 - Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em sua ausência
- b) assumir as funções de secretário e/ou tesoureiro na ausência dos mesmos
- c) exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas pelo '

Art. 17 - Compete ao Secretário:

- a) responsabilizar-se por toda parte executiva do Grupo tais como: movimento de associados, atividades, correspondên-cias, comunicações e avisos, informações obrigatórias ou não, arquivo e supervisão da secretaria
- b) responsabilizar-se pelas Atas das reuniões da Diretoria e Assembléia Geral
- c) manter em dia o controle de presença nas reuniões do Grupo e Assembléia Geral
- d) exercer outras atividades ou atribuições que lhe forem 'conferidas pelo Presidente

Art. 18 - Compete ao tesoureiro:

- a) manter sob sua responsabilidade e do Presidente, os valores do Grupo
- b) preparar, mensalmente, de forma contábil o movimento finan
- c) apresentar mensalmente o movimento financeiro ao Grupo
- d) elaborar balancete de prestações de conta
- e) exercer outras atribuições que forem conferidas pelo Presidente

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO

Art. 19 - O patrimônio será constituído pelos bens imóveis e móveis que a entidade vier a possuir na forma da lei, os saldos financeiros, as doações, os legados e as subvenções de qualquer natureza.

PARÁGRAFO lº - Em caso de extinção da entidade, seu patrimônio, será destinado a outra entidade similar, que tenha registro no Conselho Municipal de Assistência Social (CNAS).

OND ABTO

PARÁGRAFO 2º - O patrimônio da entidade fica sob responsabilidade do tesoureiro e do Presidente do Grupo.

Art. 20 - A totalidade do patrimônio será revertida em prol dos obje tivos deste Estatuto, dentro do território nacional.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES CERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 21 - As atividades dos diretores, conselheiros e associados serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, sob qualquer pre texto.

Art. 22 - O presente Estatuto somente poderá ser reformado por deliberação da Assembléia Geral, especialmente convocada para este fim, com a presença de no mínimo 2/3 de seus membros em gozo de seus direi tos, e com aprovação da maioria absoluta presente.

Art. 23 - Os membros da diretoria e do Conselho Fiscal, não respondem, nem solidariamente pelas obrigações da Entidade.

Art. 24 - Os casos omissos serão resolvidos pela diretoria, adreferendum da Assembléia Geral.

O presente Estatuto foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária, em 18/02/98, entrando em vigor naquela data.

Guanhães, 18 de fevereiro de 1998.

DIRETORIA

Maria Nemésis de Miranda Pires Presidente

Sondes do Socorro Ventura Pessoa Secretária

Wilma Caldera Wilma Caldeira Pires

Kulcra Loures l

Vice-Presidente

Pulcra Soares Caldeira Catão

Tesoureira

CONSELHO FISCAL

dna Maria Campos Caldeira

Emilia de Almeida Mortins

Maria das Graças Coelho

Apresentado hoje a fôlhas do Protocolo, sob o n. Registrado a folhas 092 VO Guanhães 27 do do livro próprio, n. H-01 sob o n. 23 do 1998 Sub Oficial do registro especial, Guanhães 27 de 05 de 1998 Sub Oficial do registro especial, ORIO DO PEGO TITULOS E DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS O 21.252.499/0001-02 GUANHAES CARTORIO REGISTRO DE TITULOS E DOCUMENTOS E Arivalnita Mourão Elias PESSONS JURINGAS . . THE PERSON OF THE PROPERTY OF THE PERSON OF THE PER Travessa flos Lepne de La composición de la lace de la composición del composición de la composición del composición de la composición de la composición de la composición del composición de la composición de la composición del composición de la composición del composición del composición del composi Substitute G GUANHAES = -tl - col observe and the state of t political sources of the source there's area are to now the state of the sta . or the country of a state of the country of the transfer of the country of the the contract of the state of th -approximation, Francis Francis not encompal for a still the second as every section and obtains AND THE PARTY OF and the state of the second of care, i for a sail and signal resolvente andi. minimum, - in TOTAL TOTAL